



## FE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 12.793.756/0001-14 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

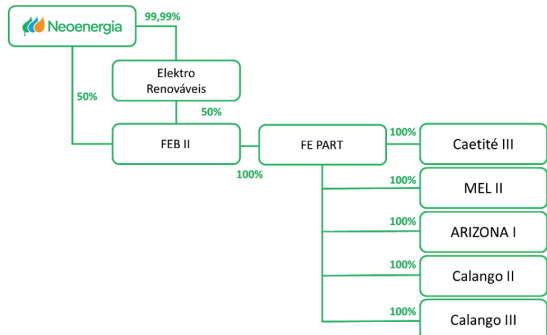
## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Ao apresentar os resultados de 2024, a Força Eólica Participações S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vimos em busca de novas conquistas em 2025, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

### 1. FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em maio de 2014, a Força Eólica Participações S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%), foi parcialmente cindida, transferindo parte de seu capital para Força Eólica do Brasil I S.A. e para Força Eólica do Brasil 2 S.A. Após a mencionada reorganização societária, a Força Eólica do Brasil I S.A. passou a controlar diretamente os parques eólicos Calangano I, Calangano 4, Calangano 5, Caetité 1 e Caetité 2; enquanto a Força Eólica do Brasil 2 S.A. passou a controlar a Força Eólica Participações S.A., que por sua vez é controladora dos parques eólicos Calangano 2, Calangano 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. A Força Eólica Participações foi criada para viabilizar o financiamento do BNDES das suas subsidiárias.



### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia atua no segmento de geração de energia eólica e é controladora dos Parques Eólicos: Calangano 2, Calangano 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2, adquiridos no segundo Leilão de Fontes

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3</b>	<b>116.242</b>	<b>117.569</b>	-
<b>Custos dos serviços</b>		<b>(56.616)</b>	<b>(53.420)</b>	-
Custos com energia elétrica	4	(11.467)	(9.927)	-
Custos de operação	5	(45.149)	(43.493)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>59.626</b>	<b>64.149</b>	-
Perda de crédito esperadas	9.1	4	(5)	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.751)	(1.853)	(74)
Equivalência Patrimonial		-	47.038	45.888
<b>Lucro operacional</b>		<b>57.879</b>	<b>62.291</b>	<b>46.964</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>6</b>	<b>2.306</b>	<b>(3.744)</b>	<b>3.695</b>
Receitas financeiras		18.866	17.117	3.664
Despesas financeiras		(16.753)	(20.756)	(89)
Outros resultados financeiros, líquidos		193	(105)	120
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>60.185</b>	<b>58.547</b>	<b>50.659</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>7</b>	<b>(9.684)</b>	<b>(9.985)</b>	<b>(158)</b>
Corrente		(9.684)	(9.985)	(158)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>50.501</b>	<b>48.562</b>	<b>50.501</b>

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>50.501</b>	<b>48.562</b>	<b>50.501</b>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos		-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>50.501</b>	<b>48.562</b>	<b>50.501</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. OPERACIONAL

Em maio de 2014, a Força Eólica Participações S.A. ("FE Par" ou "Companhia"), da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%), foi parcialmente cindida, transferindo parte de seu capital para Força Eólica do Brasil I S.A. e para Força Eólica do Brasil 2 S.A. Após a mencionada reorganização societária, a Força Eólica do Brasil I S.A. passou a controlar diretamente os parques eólicos Calangano I, Calangano 4, Calangano 5, Caetité 1 e Caetité 2; enquanto a Força Eólica do Brasil 2 S.A. passou a controlar a Força Eólica Participações S.A., que por sua vez é controladora dos parques eólicos Calangano 2, Calangano 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. A Força Eólica Participações foi criada para viabilizar o financiamento do BNDES das suas subsidiárias. A Companhia atua no segmento de geração de energia eólica e é controladora dos Parques Eólicos: Calangano 2, Calangano 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2, adquiridos no segundo Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Os Parques Eólicos detidos pela companhia têm capacidade total instalada de 138MW, um total de 59,3MW médios comercializados, e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calangano 2, Calangano 3, Arizona 1 e Mel 2, situados no Rio Grande do Norte (RN) e Caetité 3, na Bahia (BA). Em 2011, os cinco Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica. No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e os empreendimentos Arizona 1 e Mel 2, entraram em Operação Comercial. Em 2014, o parque Caetité 3 entrou em operação comercial, enquanto os parques Calangano 2 e Calangano 3 continuaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015, foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calangano 2 e Calangano 3, condicionando a entrada em operação em 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calangano 2 e Calangano 3 receberam os despachos de operação comercial. As informações sobre os empreendimentos da Companhia são os seguintes:

Parque Eólico	Localidade, estado	Data de Autorização	Data de Encerramento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Calangano 2	Lagoa Nova - RN	09/05/2011	09/05/2014	30,0	12,8
Calangano 3	Lagoa Nova - RN	30/05/2011	30/05/2014	30,0	13,9
Mel 2	Areia Branca - RN	28/02/2011	28/02/2014	20,0	8,8
Arizona 1	Rio do Fogo - RN	04/03/2011	04/03/2014	28,0	12,9
Caetité 3	Caetité - BA	24/02/2011	24/02/2014	30,0	11,2

A Companhia vem apresentando constantemente fluxo de caixa positivo gerado por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2024 apresentou capital circulante líquido ("CCL") consolidado e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. 1.1.1. **Gestão de riscos financeiros e de mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzido por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge são: • Todo instrumento de dívida denominada ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "avançados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Os Parques Eólicos detidos pela companhia têm capacidade instalada de 138MW, com 59,3MW médios comercializados, e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calangano 2, Calangano 3, Arizona 1 e Mel 2, situados no Rio Grande do Norte (RN) e Caetité 3, na Bahia (BA). Em 2011, os cinco Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica. No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e os empreendimentos Arizona 1 e Mel 2, entraram em Operação Comercial. Em 2014, o parque Caetité 3 entrou em operação comercial, enquanto os parques Calangano 2 e Calangano 3 continuaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015, foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calangano 1, Calangano 2, Calangano 3, Calangano 4 e Calangano 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calangano 1, Calangano 2, Calangano 3, Calangano 4 e Calangano 5 receberam os despachos de operação comercial.

### 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil (1)	2024	2023	Variação %
<b>EBITDA</b>	<b>46.964</b>	<b>45.811</b>	<b>2,52</b>
Resultado Financeiro	3.695	2.895	27,63
<b>Lucro Líquido</b>	<b>50.501</b>	<b>48.562</b>	<b>3,99</b>

(1) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil (2)	dez/24	dez/23	Variação %
<b>Ativo Total</b>	<b>367.190</b>	<b>326.889</b>	<b>12,33</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>325.906</b>	<b>287.843</b>	<b>13,22</b>

(2) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>50.501</b>	<b>48.562</b>	<b>50.501</b>	<b>48.562</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>50.501</b>	<b>48.562</b>	<b>50.501</b>	<b>48.562</b>
<b>Ajustado por:</b>				
Depreciação e amortização	22.148	21.089	-	-
Baixa de ativos não circulantes	1	292	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(47.038)	(45.888)
Tributos sobre o lucro	9.684	9.985	158	144
Resultado financeiro, líquido	(2.306)	3.744	(3.695)	(2.895)
<b>Alterações no capital de giro:</b>				
Contas a receber de clientes e outros	4.925	(5.520)	-	-
Fornecedores e contas a pagar	1.024	747	24	3
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(3.391)	(3.224)	(1.202)	(340)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	18.823	18.665	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(15.240)	(18.794)	(3.459)	(2.549)
<b>Caixa gerado (consumido) nas operações</b>	<b>86.169</b>	<b>75.546</b>	<b>(4.711)</b>	<b>(2.963)</b>
Dividendos recebidos	-	-	10.898	37.073
Encargos de dívidas pagas	(13.206)	(15.310)	-	-
Rembolsos de aplicação financeira	18.673	16.952	3.849	3.060
Pagamento de juros - arrendamentos	(1.328)	(1.434)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(7.669)	(7.307)	(6.697)	(7.028)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>82.639</b>	<b>68.447</b>	<b>9.367</b>	<b>36.464</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado e intangível	(11.426)	(8.431)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(47.140)	(65.078)	(1.316)	(27.903)
Resgate de títulos e valores mobiliários	22.338	40.908	685	1.362
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(36.228)</b>	<b>(32.601)</b>	<b>(631)</b>	<b>(26.541)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(28.763)	(28.547)	-	-
Depósitos em garantias	80	619	-	-
Pagamento de principal - Arrendamentos	(196)	(330)	-	-
Remuneração paga aos acionistas	(9.583)	(10.078)	(9.583)	(10.078)
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamentos</b>	<b>(38.462)</b>	<b>(38.336)</b>	<b>(9.583)</b>	<b>(10.078)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>7.949</b>	<b>(2.490)</b>	<b>(847)</b>	<b>(151)</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	28.480	30.970	4.153	4.304
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>36.429</b>	<b>28.480</b>	<b>3.306</b>	<b>4.153</b>
<b>Transações que não envolveram caixa:</b>				
Provisão ambiental	93	408	-	-
Provisão de desmantelamento	532	5.813	-	-
Fornecedores e contas a pagar (investimento)	-	4.376	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		Total
	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos		Reserva de lucros	dividendos adicionais	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>218.336</b>	<b>18.464</b>	<b>36.950</b>	<b>12.531</b>	-	<b>287.843</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	50.501	50.501
<b>Destinação do lucro líquido:</b>						
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	2.525	35.537	-	(38.062)	-
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-	(12.439)	(12.439)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>218.336</b>	<b>20.989</b>	<b>72.487</b>	<b>12.531</b>	-	<b>325.905</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>218.336</b>	<b>16.036</b>	<b>2.694</b>	<b>12.531</b>	-	<b>287.154</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.562	48.562
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 16.2)	-	-	-	-	(26.995)	(26.995)
<b>Destinação do lucro líquido:</b>						
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	2.428	34.256	-	(36.684)	-
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-	(11.878)	(11.878)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>218.336</b>	<b>18.464</b>	<b>36.950</b>	<b>12.531</b>	-	<b>287.843</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. (b) **Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívidas e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Risco de preço de commodities: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. Commodities metálicas: variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. Commodities energéticas: variações nos preços de commodities energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta e recursos, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de commodities energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na cobertura de posições compradas e vendidas em aberto e lastro da companhia comercializada. (b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos. Adicionalmente, a Companhia mantém posições em títulos de renda fixa de curto e médio prazo com o objetivo de mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (rating). E realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	SBP	Fitch
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

1.1.2. **Gestão de riscos operacionais: (a) Riscos regulatórios:** Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das

Conciliação EBITDA R\$ mil (1)	2024	2023	Variação (R\$)	Variação (%)
<b>Lucro líquido (A)</b>	<b>50.501</b>	<b>48.562</b>	<b>1.939</b>	<b>3,99</b>
Receitas financeiras (B)	3.664	2.916	748	25,65
Despesas Financeiras (C)	(89)	(54)	(35)	64,81
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	120	33	87	263,64
Imposto de renda (E)	(158)	(144)	(14)	9,72
<b>EBITDA = (A+B+C+D</b>				





o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao Imobilizado, e o efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. (iii) Provisão para ressarcimento: A provisão de ressarcimento é reconhecida em contrapartida o resultado do exercício, como receita líquida. b) Estimativas e julgamentos críticos: (i) Provisão para litígios e passivos contingentes: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. (ii) Provisão para desmantelamento: É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmantelamento dos parques eólicos Arizona 1, Caetité 3, Calango 2, Calango 3 e Mel 2, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tais como, taxa de juros, custo de fechamento e a vida útil do ativo considerando o estágio atual de depreciação. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa nominal antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento dos parques eólicos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a taxa de desconto utilizada foi 11,87% e 10,55%, respectivamente. A inflação implícita foi equivalente a 3,50% ambos os exercícios. (iii) Provisão para ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são temporariamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**16.1. Capital social:** O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é de R\$ 218.336, composta por 218.335.786 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), detidas integralmente pela Força Eólica do Brasil 2 S.A. **16.2. Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>50.501</b>	<b>48.562</b>
Reserva legal	(2.525)	(2.428)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>47.976</b>	<b>46.134</b>
Destinação para outras reservas de lucros	(35.537)	(34.256)
<b>Lucro líquido a distribuir</b>	<b>12.439</b>	<b>11.878</b>
<b>Remuneração</b>		
Mínima obrigatória	12.439	11.878
<b>Natureza da remuneração</b>		
Dividendos	9.475	9.583
JCP	2.964	2.295
	<b>12.439</b>	<b>11.878</b>

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de dividendos:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
<b>2024</b>			
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios 2023	9.583	0,0438911
RCA de 27 de junho de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	1.000	0,0045801
RCA de 19 de dezembro de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	1.964	0,0089923
		<b>12.547</b>	
<b>2023</b>			
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios 2022	10.077	0,0461536
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendo adicional proposto 2022	26.995	0,1236397
RCA de 20 de dezembro de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	2.295	0,0105113
		<b>39.367</b>	

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

	Controladora	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>			
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>			
Dividendos declarados	9.475	9.583	
Declarados de exercícios anteriores	-	26.995	
Juros sobre capital próprio declarados	2.964	2.295	
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(445)	(344)	
Dividendos pagos no exercício	(9.583)	(10.078)	
<b>Saldo final do exercício</b>		<b>40.939</b>	<b>38.528</b>

**16.3. Reservas de lucros:** **16.3.1. Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **16.3.2. Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.606/1976. **16.3.3. Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **16.4. Política contábil:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou do sistema de transmissão; (iii) contratos de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras

da Companhia são apresentados abaixo:

**17.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	Consolidado					
	2024		2023			
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
<b>Ativo</b>						
Contas a receber e outros (a) / (b)	1.374	-	1.374	880	-	880
	<b>1.374</b>	<b>-</b>	<b>1.374</b>	<b>880</b>	<b>-</b>	<b>880</b>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores e contas a pagar (b)	1.061	-	1.061	887	-	887
Dividendos a pagar (c)	-	40.939	40.939	-	38.528	38.528
Outros passivos	250	-	250	527	-	527
	<b>1.311</b>	<b>40.939</b>	<b>42.250</b>	<b>1.414</b>	<b>38.528</b>	<b>39.942</b>

	Consolidado					
	2024		2023			
	Controladora	Acionista	Total	Controladora	Acionista	Total
<b>Ativo</b>						
Dividendos a receber (d)	11.172	-	11.172	10.898	-	10.898
	<b>11.172</b>	<b>-</b>	<b>11.172</b>	<b>10.898</b>	<b>-</b>	<b>10.898</b>
<b>Passivo</b>						
Dividendos a pagar (c)	-	40.939	40.939	-	38.528	38.528
	<b>-</b>	<b>40.939</b>	<b>40.939</b>	<b>-</b>	<b>38.528</b>	<b>38.528</b>

17.2. Transações com partes relacionadas

	Consolidado			
	2024		2023	
	Subsidiárias da Neoenergia	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Total
<b>Resultado do período</b>				
Receita operacional líquida (a) / (b)	12.096	12.096	9.869	9.869
Custos dos serviços (b)	(5.855)	(5.855)	(6.314)	(6.314)
Despesas gerais e administrativas	(936)	(936)	(1.082)	(1.082)
	<b>5.305</b>	<b>5.305</b>	<b>2.473</b>	<b>2.473</b>

17.3. Principais transações com partes relacionadas

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / Passivo	Resultado do exercício
b)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia elétrica	IPCA	1 ano	2024	(74)	(96)
c)	Força Eólica do Brasil 2 Arizona 1, Caetité 3, Calango 2, Calango 3	Dividendos a pagar	-	-	2025	(40.939)	-
d)	Força Eólica do Brasil 2 e Mel 2	Dividendos a receber	-	-	2025	11.172	-

**17.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave):** Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**18.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	10.799	25.630	6.424	22.056
Títulos e valores mobiliários	-	167.954	-	128.046
Contas a receber de clientes e outros	13.865	-	18.794	-
	<b>24.664</b>	<b>193.584</b>	<b>25.218</b>	<b>150.102</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar	9.292	-	8.268	-
Empréstimos e financiamentos	139.217	-	166.671	-
Passivo de arrendamento	9.028	-	10.174	-
Outros passivos financeiros	957	-	726	-
	<b>158.494</b>	<b>-</b>	<b>185.839</b>	<b>-</b>

CA – Custo amortizado; VJR – Valor justo por meio do resultado

**18.2. Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7, (análise de sensibilidade). **18.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado			
	2024		2023	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	25.630	25.630	22.056	22.056
Títulos e valores mobiliários	167.954	167.954	128.046	128.046
	<b>193.584</b>	<b>193.584</b>	<b>150.102</b>	<b>150.102</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **18.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	139.217	139.217	166.671	166.671

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da FE Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da FE Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da FE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da gover-**

nança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam os procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar mos pro-

**18.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6. Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros estimados, com base nas taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição	Impacto	Impacto	
				(Saldo/ Nomenclatura)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	204.649	24.864	(3.730)	(7.458)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
<b>Empréstimos e financiamentos</b>							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,97%	(150.282)	(15.222)	(1.797)	(3.594)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
		Xabier Viteri	Presidente
TITULARES			
		Solange Maria Pinto Ribeiro	Conselheira
		Laura Cristina da Fonseca Porto	Conselheira
		Juliano Pansanato de Souza	Conselheiro
DIRETORIA EXECUTIVA			
		Fabiano Uchoas Ribeiro	Diretor Presidente
DIRETORES			
		Leandro Adzgauskas Montanher	Diretor
		Rodolfo Fernandes da Rocha	Diretor
		Mariana Felix Vasconcellos de Andrade	Diretora
DIRETORIA DE CONTABILIDADE			
		Rachel Alves Pascale	Contadora
		CRC-RJ-Nº 15915/O-3	
		Luciana Maximino Maia	Diretora de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da FE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.793.756/0001-14 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025.  
**Xabier Viteri** - Presidente do Conselho  
**Solange Maria Pinto Ribeiro** - Conselheira  
**Laura Cristina da Fonseca Porto** - Conselheira  
**Juliano Pansanato de Souza** - Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia FE Participações S.A., sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.793.756/0001-14, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da FE Participações S.A. relativas ao exercício social findo em 31.12.2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da FE Participações relativas ao exercício social findo em 31.12.2024.